

**ANOTAÇÕES SOBRE A AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS  
MULHERES: O EXEMPLO DA VIA CAMPESINA NO  
BRASIL E DO MST<sup>1</sup>**

**NOTAS SOBRE LA AUTO-ORGANIZACIÓN DE LAS  
MUJERES: EL EJEMPLO DE LA VÍA CAMPESINA EN  
BRASIL Y EL MST**

**Claudia Mazzei Nogueira<sup>2</sup>**  
*mazzeinogueira@uol.com.br*

**RESUMO**

Esse texto trata, em especial, da luta por uma divisão sócio-sexual do trabalho mais justa, travada pelas mulheres inseridas nos movimentos sociais presentes no espaço rural, que tem como objetivo a *igualdade substantiva*. Para tanto, indicamos e analisamos, introdutoriamente, alguns elementos que perfazem a auto-organização das mulheres do MST e Via Campesina no Brasil, que tem como apoio a centralidade do trabalho enquanto fundamento ontológico necessário para a luta da classe trabalhadora contra a “exploração” agroindustrial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Sociais, Mulheres, Agroindústria, Trabalho, Auto-organização.

**RESUMEN**

Este trabajo trata, em particular, la lucha por la división social y sexual del trabajo más justa llevada a cabo por las mujeres incluidas en los movimientos sociales en las zonas rurales, cuyo objetivo es la igualdad sustantiva. Por lo tanto, se propuso y analizó, elementos introductorios que integran la auto-organización de las mujeres en el MST y Vía Campesina en Brasil, que se basa en la centralidad del trabajo como fundamento ontológico necesario para la lucha obrera contra la “explotación” de agronegocios.

**PALABRAS CLAVE:** Movimientos Sociales, Mujeres, Agroindustria, Trabajo, Auto-organización.

---

<sup>1</sup> Esse texto faz parte da apresentação que fizemos na mesa redonda no Encontro L’Autre Davos Edition 2010, ocorrido na Universität Basel, Petersplatz 1, Bâle, Suíça.

<sup>2</sup> A autora é Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. É autora dos livros **A Feminização no Mundo do Trabalho** – Editora Autores Associados – (2004) e **O Trabalho Duplicado** – Editora Expressão Popular – (2006). Tem também vários artigos publicados tanto no Brasil quanto no exterior.

## INTRODUÇÃO

Frente às atuais adversidades geradas pela manutenção da lógica destrutiva do capital, uma ampliação de movimentos sociais ocorre na América Latina e em várias partes do mundo. No Brasil indicamos o fortalecimento das lutas do MST - Movimento de Trabalhadores Sem-Terra, MPA – Movimento de Produtores Agrícolas, MAB – Movimento de Atingidos por Barragens, MTD – Movimento de Trabalhadores Desempregados, MMC – Movimento de Mulheres Camponesas e da Via Campesina, entre outros, contra a hegemonia do capital. Sendo que no caso do MST, MMC e da Via Campesina a luta tende prioritariamente ao enfrentamento da ampliação do agronegócio.

No entanto, existem outros elementos em comum presente nesses movimentos sociais. A luta por uma divisão social do trabalho mais justa e a luta pela *igualdade substantiva*<sup>3</sup> tem sido um traço marcante de direcionamento de alguns desses movimentos.

É por essa razão que consideramos fundamental realizarmos uma análise, ainda que preliminar, sobre a auto-organização dos *movimentos sociais, prioritariamente das mulheres do MST e Via Campesina no Brasil*, os quais se alicerçam *na centralidade do trabalho*, pois, constituem-se como fundamento ontológico necessário às contingências atuais para a luta da classe trabalhadora, seja ela urbana ou rural. Por isso, segundo Pinassi, “que esses movimentos sociais fincam raízes no enfrentamento das mediações e contradições presentes no mundo controlado pelo capital.”<sup>4</sup> Isso, em grande medida, “significa que os indivíduos que compõe os movimentos sociais são trabalhadores e trabalhadoras – na maioria das vezes, desempregados - em busca de uma nova práxis de resistência das contradições das quais são as principais vítimas”. (2009: 75)<sup>5</sup>

Nesse sentido, a primeira necessidade do movimento social de massa é implantar, mediante sua práxis cotidiana, mudanças profundas na divisão social do trabalho indo na

<sup>3</sup> Quanto à categoria de *Igualdade Substantiva* ver Mészáros (2002) e Nogueira (2006).

<sup>4</sup> Isso significa que se mesmo na classe trabalhadora e camponesa as relações entre homens e mulheres se baseiam na exploração, na opressão, na violência, na dominação [...] estes mecanismos vão se naturalizando, de modo que as pessoas não estranham que a sociedade se divida entre alguns que mandam e outros que trabalham, uns que exploram e outros que são explorados, isso pode até ser encarado como injusto, mas natural. Christiane Campos, “As relações de gênero e o MST”. In. *Construindo novas relações de gênero - desafiando relações de poder*. Setor Nacional de Gênero – MST, março de 2005 (p. 25)

<sup>5</sup> As indicações que se seguem, referentes às lutas das mulheres do MST e da Via Campesina no Brasil, foram resultado de pesquisa inicial que realizamos junto aos documentos do MST (vide bibliografia) e em particular do importante livro *Da Miséria Ideológica à Crise do Capital*, de Maria Orlada Pinassi, Boitempo Editorial, 2009, especificamente do capítulo 5.

direção da *igualdade substantiva*, como já afirmamos anteriormente. Para tanto, partimos da premissa de que alguns dos elementos que compõem a questão feminina são fundamentais para avançarmos nessa trajetória.

Segundo Engels:

(...) A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. A monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros. É a forma celular da sociedade civilizada, na qual já podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que atingem seu pleno desenvolvimento nessa sociedade. (1977: 70-71).

E complementa:

De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: *de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie*. A ordem social em que vivem os homens de determinada época ou de determinado país, está condicionada por essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do *trabalho*, de um lado, e da *família*, de outro(...). [Além de ser] uma sociedade em que o regime familiar está completamente submetido às relações de propriedade e na qual têm livre curso as contradições de classe e a luta de classes, que constituem o conteúdo de toda a história escrita, até nossos dias. (1977: 2-3)

Dessa forma, seguindo ainda com Engels, “o predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais”. (*Idem*: 81).

É refletindo nessa direção que concordamos com a pesquisadora Maria Orlanda Pinassi, ao explicar a preocupação das mulheres do MST, “ao que tudo indica, a atuação mais efetiva dos homens está voltada à realização objetiva das questões econômicas, tendendo a arrefecer com a conquista da terra e a formação dos assentamentos”. É claro

que essa conquista é positiva para o movimento como um todo, mas pode também ser negativa ao possibilitar uma regressão – uma vez que, tendo em vista a retomada do núcleo familiar, as relações hierarquizadas também se explicitam novamente – sobretudo para as mulheres que experimentam neste processo o retorno à antiga condição de submissão à dominação patriarcal. É nesta hora que as mulheres, ou pelo menos parte substantiva delas, decide não aceitar esse retrocesso e passam a lutar no interior do movimento pelo reconhecimento de seu papel fundamental em todos os momentos. (2009: 79)

Neste aspecto, é significativo lembrar que estando a luta das mulheres centrada na questão da igualdade substantiva da divisão sexual do trabalho, tanto no espaço da reprodução como na esfera da produção, o sistema do capital indiscutivelmente não pode ser mais do que a manutenção da *injustiça fundamental*, uma vez que a própria natureza do relacionamento entre capital, trabalho e reprodução, “é a manifestação tangível da hierarquia estrutural insuperável e da desigualdade substantiva”. (Mészáros, 2002: 306).

Sua luta, portanto, não é contra os homens, mas contra a manutenção da organização patriarcal que todos (inclusive parcela de mulheres) produzem e reproduzem, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo e que atendem diretamente aos interesses da lógica do capital. Mas, não é por acaso que a luta das mulheres do MST e da Via Campesina no Brasil, em direção à *igualdade substantiva*, ganha ainda mais radicalidade quanto se conforma no confronto direto ao capital, majoritariamente contra o agronegócio.

Para se ter uma idéia da amplitude e da crescente radicalização do movimento de mulheres da Via Campesina no Brasil e do MST, apresentaremos alguns elementos das últimas ações que vêm, desde 2001, caracterizando o dia 08 de março, como exemplo de auto-organização, auto-educação e auto-consciência.

Entre 2001 e 2005, o Movimento não só mantém a denúncia contra discriminações e maus-tratos submetidos às mulheres, como avança na amplitude de suas causas remetendo-a radicalmente contra a produção de transgênicos baseada prioritariamente na monocultura. (Pinassi, 2009: 80)

Mas, foi no dia 8 de março de 2006 que as ações ganharam expressividade nacional quando cerca de 2000 mulheres, militantes das várias organizações que compõem a Via Campesina no Brasil, entre eles MST, MPA, MAB, MMC e MTD, ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul. O ato de auto-organização e, claro, de coragem de enfrentar uma transnacional tão poderosa, de

adentrarem em “suas propriedades” e destruir uma quantidade significativa de mudas transgênicas prontas para serem plantadas foi o modo radical e imperioso que encontraram para protestar contra as graves conseqüências sócio-ambientais provocadas pelo imenso Deserto Verde, uma nefasta especialidade da empresa escolhida: o mono-cultivo do eucalipto destinado à produção de celulose em larga escala, sendo que a maior e melhor parte é reservada para exportação. (*idem*. 80-81)

Assim, esses atos praticados pelas mulheres, em prol da natureza, do meio ambiente e *contra as transnacionais*, impôs para a data de 08 de março uma importância ainda maior do que aquela que já existia, ou seja, um dia reservado internacionalmente para ações explícitas e radicais de luta das mulheres contra toda e qualquer forma de exploração. É claro, que a organização e luta das mulheres, não se limita ao dia 08 de março. Muito pelo contrário, é em função desse processo de auto-organização que as mulheres do movimento criaram a Articulação Deserto Verde. (*idem*. 81)

Em 2007, o movimento de mulheres, apesar da intensa repressão policial, da opinião pública dominante negativa, da adversidade da imprensa comprometida com a lógica capitalista, e, em não poucos casos, da pressão dos próprios companheiros familiares, continuou com sua auto-organização. As mulheres da Via Campesina se reuniram e, mais uma vez nas ruas, denunciaram os efeitos nocivos do Etanol, biocombustível em preocupante expansão no Brasil.<sup>6</sup> (*idem ibidem*)

Foi ainda nesse ano, que a continuidade da jornada de luta radical das Mulheres da Via Campesina no Brasil teve seu ápice com a ocupação da Fazenda Tarumã, que segundo Pinassi, é “propriedade ilegal de outra poderosa transnacional da celulose, a suco/finlandesa Stora Enso, situada na cidade gaúcha de Rosário do Sul. Durante a ação, 900 mulheres e 250 crianças abriram uma vasta clareira no Deserto Verde para plantar e devolver à terra milhares de mudas de árvores nativas inescrupulosamente extirpadas pelo capital. Para compreender verdadeiramente a ação, é necessário esclarecer que a Stora Enso tem por “meta formar uma base florestal de mais de 100 mil hectares e implantar fábricas na região.” Entretanto, a empresa é estrangeira e, de acordo com a legislação brasileira (Lei nº. 6634 de 1979 e o artigo 20, parágrafo 2, da Constituição Federal) não pode adquirir

---

<sup>6</sup> Em reportagem publicada no jornal *Folha de São Paulo* (A 11 - Ciência) de 7 de janeiro de 2008, pesquisadores do Instituto Smithsonian, do Panamá, alertam para o fato de que dos 26 produtos que fornecem biocombustíveis, ou energia “limpa”, 12 deles são mais nocivos ao meio ambiente do que a gasolina, incluindo entre eles o etanol proveniente da cana-de-açúcar, pois esta cultura agrícola utiliza grande quantidade de água, polui os rios mais próximos e com a prática das queimadas contribui para o agravamento do efeito estufa..

terras em uma faixa a 150 km da fronteira do Brasil. Num expediente corriqueiro, criou a agropecuária Azenglever, empresa de “propriedade” de dois brasileiros. Em nome dela, a transnacional possui cerca de 50 fazendas, totalizando mais de 45 mil hectares, dentre as quais está a Tarumã”. (*ibidem*)

É também por isso que as mulheres exigem, ainda segundo Pinassi:

a anulação das compras feitas ilegalmente na faixa de fronteira e a expropriação dessas áreas para reforma agrária. Somente nos 45 mil hectares que estão em nome da Azevengler dariam para assentar 2.250 famílias, gerando 6.750 empregos diretos. Atualmente 2,5 mil famílias estão acampadas no Rio Grande do Sul, e o INCRA alega não haver terras para fazer assentamento.<sup>7</sup> (2009: 81)

Frente a essa importante ação feminina, os eventos se alastraram contra a Monsanto, empresa de agroquímicos, em Santa Cruz das Palmeiras, estado de São Paulo, contra a mesma Aracruz, Bayer e contra a Sygenta Seeds que, em 2007, assassinou um militante da Via Campesina, no Paraná. Cabe destacar que em cada uma dessas ações das mulheres, ocorreram contra elas e seus filhos, reações violentas e descabidas, inclusive desrespeitando os ditames dos Direitos Humanos.

Mesmo assim, com todas as adversidades, as mulheres parecem determinadas a continuar surpreendendo por sua auto-organização, auto-educação e auto-consciência. Palavras de ordem ousadas e radicais, indicam o importante papel histórico que desempenham. Pois são elas que com coragem e organização, desafiam mais acentuadamente o sistema de produção vigente e desmascaram a relação de exploração/opressão do sistema de metabolismo do capital sobre a classe trabalhadora e em particular a mulher.

É bom destacar que, ainda segundo Pinassi, atualmente essas ações organizadas pelas mulheres da Via Campesina recebem apoio e colaboração efetiva dos homens, apesar de inicialmente terem sido criticadas pelas lideranças masculinas do movimento. (2009: 82)

---

<sup>7</sup> Ver jornal *Brasil de Fato* ano 6, nº. 262, março de 2008. Convém ressaltar também que o governo Lula promoveu menos assentamentos que o de FHC. Foi eleito com a promessa de assentar 400.000 famílias, porém, até 2006 somente 80.000 haviam recebido terras. Além disso, o MST denuncia que entre os assentamentos contabilizados, muitos se referem à regularização de terras públicas ocupadas há muito tempo por colonos. Portanto, essas medidas, além de não se destinarem ao MST, não atingem a estrutura fundiária.

Portanto, ainda segundo Pinassi, “a práxis dessas mulheres evidencia um elevado grau da sua consciência de classe, que, a partir da dimensão de sua própria organização e luta, potencializam o que nela possa haver de específico” e trazem esperança aos gravames irreversíveis das contradições que se encontram na relação histórica capital/trabalho. Além de expor as falácias da lógica burguesa, permite que o mundo todo, perplexos ou não, testemunhe a tragédia ambiental que o atual padrão de produção impõe ao Brasil, a América Latina e a outros países que estruturalmente ainda se mantêm dependentes dos ditames dos países ditos desenvolvidos. (*idem*: 82)

Frente a essa realidade afirmamos que o movimento de mulheres do MST não só confirma a sua radicalidade, como também intensifica a prática de ocupação, marca central da luta pela reforma agrária do MST desde seu surgimento em meados de 1984. Trata-se, pois, de um movimento consciente, que avança em sua auto-organização e educação, composto por mulheres trabalhadoras rurais e urbanas, formais e informais, acampadas, assentadas, camponesas, artistas, estudantes, mães, solteiras, casadas, das mais diversas etnias, opções sexuais e religiosas.<sup>8</sup> No entanto, todas essas mulheres carregam em comum uma perspectiva de classe potencializada pelo seu poder de crítica e autocrítica, de desafiar os interesses absolutamente destrutivos e nefastos do modo de produção capitalista com sua volúpia pela acumulação. A coragem das mulheres de enfrentarem, muitas vezes acompanhadas de seus filhos pequenos, a violência brutal dos destacamentos do Estado, polícias militares e das milícias paramilitares, também deve ser destacada. (*idem ibidem*)

Tudo isso indica, segundo Mészáros, “uma profunda crise que afeta todo o processo de reprodução do sistema de valores do capitalismo”, prenunciando mais conflitos e mais batalhas, estando entre eles a luta crucial por uma *igualdade substantiva*. Como para o bom funcionamento do sistema de capital, a premissa da verdadeira igualdade é absolutamente inaceitável, uma divisão sexual do trabalho menos desigual tende a permanecer *não-integrável* na lógica dominante e, irresistível (“não importando quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer”), para quem luta por ela. (2002: 272).

---

<sup>8</sup> Além disso, é importante ressaltar que tem sido cada vez mais expressiva a quantidade de mulheres do MST e da Via Campesina provenientes do meio urbano, muitas das quais oriundas das condições mais degradantes das periferias. O fato, portanto, exige uma compreensão mais rigorosa do significado expresso hoje pelos movimentos sociais pautados na luta pela terra. (Pinassi, 2009: 82)

A luta pela *igualdade substantiva* refere-se, portanto, também a uma luta contra o próprio capitalismo. Em grande medida, esse embate tem como cerne a superação da família patriarcal que hierarquiza as relações, contidas no *nó ontológico*, para lembrar Heleieth Saffioti, entre gênero e classe<sup>9</sup>, evidenciadas pela divisão sexual do trabalho, presentes nos espaços do trabalho e da reprodução, que influencia diretamente na luta pela igualdade de gênero.

Posto isso, podemos afirmar que todas as mulheres que caminham em direção à emancipação, buscando efetivamente a *igualdade substantiva*, devem ter como horizonte a força, a organização e a coragem de construir uma outra sociedade, buscando um novo sistema de metabolismo social fundado em valores autenticamente socialistas.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ENGELS, F. (1977). *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NOGUEIRA, C.M. **O trabalho Duplicado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

PINASSI, M. O. **Da Miséria Ideológica à Crise do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SAFFIOTI, H. **A Mulher na Sociedade de Classes**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1976.

## SITES CONSULTADOS

<http://www.mst.org.br>

<http://www.youtube.com/index?gl=BR&chl=pt>

## FILMOGRAFIA

Rompendo o Silêncio - <http://www.mst.org.br>

Não Comemos Eucalipto – 1 e 2 - [www.youtube.com/index?gl=BR&chl=pt](http://www.youtube.com/index?gl=BR&chl=pt)

---

<sup>9</sup> A qual Saffioti acrescenta também a dimensão de raça/etnia.